

EDITORIAL

Em julho de 1996, surgia o número primeiro da Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Inaugurou-se na ocasião um importante veículo para o estudo e o debate das questões da educação superior, enfocando a avaliação institucional. Prevista para acolher artigos referentes à situação das instituições brasileiras, a Revista expandiu-se contando com colaboradores de distintos países. No editorial do Ano 1, Número 1, colocava-se a expectativa de *"compreender e explicar os princípios e as metodologias da avaliação institucional, as razões da sua expansão nacional nos tempos atuais(...)"*. Tal objetivo parece ter sido traçado para os dias de hoje, especialmente para este número, ainda que dois fecundos anos tenham se passado. Foi preocupação do editor reunir em uma publicação especial, as experiências e metodologias de avaliação que caracterizassem, na prática, o funcionamento e os modos sociais da avaliação. Ao tentar reunir os colaboradores para reconhecer as temáticas que fariam parte do conjunto, verificamos que a situação da avaliação institucional no Brasil está atravessada por diferentes propostas. Nesse sentido, fazemos uma retomada dos formatos avaliativos, resultante dessas propostas, alguns surgidos nos últimos anos. Objetiva-se com isso melhor entendê-los e assim definir de que metodologia ou procedimento estamos falando, quando apresentamos os trabalhos publicados.

O Brasil distingue-se de outros países no que respeita à avaliação institucional das suas universidades. As diferenças dizem respeito tanto aos procedimentos, metodologias, intenções e ações avaliativas quanto aos resultados dos processos, todos eles desenvolvidos no âmbito das complexas relações Estado-Universidade-Sociedade.

Historicamente as universidades, especialmente as públicas, discutem a avaliação institucional desde os anos 80 com destaque para a função de ensino. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, PAIUB, inspirador da rede de avaliação constituída para produzir esta Revista, vai surgir como proposta apenas em 1993. Sugerido pela ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, e pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação, o PAIUB re-

cebe apoio do MEC/SESu para avaliação das universidades. Através da Portaria 302 de 7 de abril de 1998, este apoio está hoje consolidado. Além do PAIUB, observa-se que desde 1977, a pós-graduação vinha sendo avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, CAPES.

Paralelamente, desenvolveu-se dentro da SESu/MEC o trabalho das Comissões de Especialistas, cujo objetivo, neste momento, após Exame Nacional de Cursos, corresponde à verificação das condições de oferta dos cursos que formam para as diferentes carreiras profissionais. Esse, o Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como PROVÃO, é o mais recente formato avaliativo das universidades. Foi instituído em Medida Provisória, 1018 de 8 de junho de 1995 e referendado pelo Decreto 2026 de 10 de outubro de 1996, da Presidência da República. Nesse decreto, o MEC definiu os procedimentos da avaliação, sua complementaridade, especificando que a SESu/MEC deveria consolidar e compatibilizar os vários procedimentos avaliativos.

No contexto de interesse pela avaliação institucional, a profissão do médico e as escolas que os formam, produzem um outro formato avaliativo diferenciado e específico. Em 1991 o Conselho Federal de Medicina convidou várias entidades para realizarem um projeto. Constituiu-se a CINAEM, Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, que propôs e vem executando um programa no âmbito de sua atuação.

Considerando a motivação que a avaliação institucional tem gerado, em nível das instituições de ensino superior, em nível das atenções do estado e em nível da opinião pública identificada com o tema através da maciça divulgação dada ao mesmo pelos órgãos de imprensa, faz-se necessário ao apresentar este número especial da RAIES, clarear o mapa desses formatos avaliativos e entender suas lógicas e significados. No Quadro I, são visualizados os Formatos Avaliativos da Educação Superior no Brasil, verificando-se a abrangência da avaliação institucional e a presença de metodologias diferenciadas. (Ver Quadro I)

A avaliação CAPES, por exemplo, trabalha com dados quantitativos: titulação docente, produção ci-

entífica, participação em eventos, tempo de conclusão de dissertações e teses. A metodologia que envolve um diagnóstico a partir dos dados apresentados, também permite o desenvolvimento de análises sobre os resultados, através de uma espécie de auto-avaliação (atual Folha F) explicativa dos indicadores, que permite a inclusão de itens não previstos nos instrumentos eletrônicos. Preenchidos pela Coordenação do Programa do Pós, ou pessoal por ela designado, o Data CAPES recebe a partir deste ano um novo formato. A avaliação verificadora é feita por acadêmicos da área do conhecimento, em geral indicados pelos pares mas, designados pela CAPES. As visitas “in loco” envolvem observação, diálogo, levantamentos qualitativos de informações que resultam em um Relatório com Parecer, posteriormente devolvido ao curso na sua íntegra, ou em parte, com o acréscimo de sugestões de melhoria face aos pontos fracos detectados. O conjunto dos procedimentos confere um conceito, a ser transformado em notas a partir dos próximos períodos avaliativos. Os conceitos, e com isso, a classificação dos cursos, são divulgados pela imprensa. O posicionamento do curso ou programa na avaliação, constitui fator de concessão de recursos e bolsas seja ele pertencente à instituição pública ou privada. A metodologia de avaliação não prevê a participação do pessoal docente e discente no processo e nem a discussão do Parecer da comissão de Avaliação CAPES com a comunidade dos cursos. Esta só vai tomar conhecimento dos termos da avaliação, do Parecer, após a decisão sobre o conceito ou nota, com o aval do comitê da área do conhecimento. Os resultados são então enviados ao programa e a classificação geral, aos meios de comunicação.

A avaliação CINAEM levanta indicadores quantitativos e qualitativos para estudar o ensino médico – desde o currículo até a gestão das escolas médicas, suas relações com a comunidade e o SUS e/ou serviços estatais de saúde, o desempenho docente e discente. Usa provas padronizadas aplicadas a uma amostra selecionada de alunos e escolas. O processo da avaliação envolve um Diagnóstico do conjunto das escolas do país com dados por elas fornecidos; traça o perfil dos docentes e dos formandos. Analisa currículos, projetos pedagógicos e a forma de gestão. Faz análise de processo e de resultados, sugerindo melhorias. Os resultados das avaliações são devolvidos às escolas com sugestões de melhorias e divulgados na imprensa sem nomear ou classificar as escolas médicas.

O PAIUB reuniu a experiência das universidades que individualmente tinham uma história de avaliação institucional. Antecipou-se ao Estado, pro-

pondo um formato avaliativo, no I Ciclo voltado ao ensino de Graduação. Avaliação de consenso no meio acadêmico, o PAIUB inclui: Avaliação Interna, com Diagnóstico e Autoavaliação, Avaliação Externa e Reavaliação. Dados quantitativos e qualitativos são levantados e trabalhados no interior da comunidade acadêmica. Dessa reflexão, que tem como pano de fundo os objetivos e a missão de cada curso/carreira profissional e da universidade como um todo, no contexto local, regional, nacional e internacional, resulta um relatório. Este relatório é encaminhado a um Comitê de avaliadores externos que pode incluir acadêmicos, empresários, representantes de associações profissionais, sindicais e outros, que fazem visitas *in loco*. O Parecer dessa comissão de avaliadores externos é lido e discutido com professores, alunos, técnicos, direção e colegiados de cursos. Pontos fortes e fracos detectados são analisados pela comissão e sugestões de melhorias discutidas com todos. O processo de implantação de mudanças é estimulado pela Reavaliação que tem também a finalidade de atualizar o processo, revisá-lo e acompanhar ou estimular as mudanças na direção considerada desejável e necessária à instituição. Os resultados são de uso da comunidade acadêmica que os divulga através de seminários, na Internet, e na imprensa, quando for o caso. O PAIUB não propõe classificação de cursos ou instituições, ainda que os indicadores permitam comparações.

O Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, avalia os cursos de Graduação, através de seus resultados. Constitui uma avaliação *pos facto*, pois examina através de provas (*exit exam*), os alunos concluintes dos cursos de graduação de determinadas carreiras. Ao longo do tempo as provas serão aplicadas a todos os concluintes do sistema de ensino superior. No momento, dez carreiras estão em avaliação anual. O ENC, junto com a prova, realiza um diagnóstico das condições de oferta dos cursos, através de indicadores quantitativos. Os resultados do ENC são dados através dos conceitos A,B,C,D e E, correspondentes, respectivamente aos 12% com os melhores desempenhos nas provas, 18% aos seguintes colocados, 40% aos que vem a seguir, e 18 e 12% aos colocados respectivamente nos escalões inferiores da distribuição. Aos resultados dos exames, oferecidos apenas aos alunos, acrescentam-se os indicadores levantados que, em conjunto vão dar um conceito à instituição de onde provém o aluno. Estes conceitos, e o ranqueamento por eles possibilitado, são divulgados na imprensa, dando-se destaque aos cursos/universidades melhores, e aos piores, classificados.

QUADRO I

FORMATOS AVALIATIVOS da EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programas Formatos Avaliativos	Unidades de análise	Metodologia		Resultados
		Procedimentos	Instrumentos	
CAPES (1977)	Curso de Mestrado e Doutorado	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstico segundo indicadores próprios do programa; ➤ Avaliação por pares, com visitas <i>in loco</i>. 	Roteiros DATA CAPES e Indicadores.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relatório das coordenações; ➤ Relatório das comissões com parecer; ➤ Classificação por programas e notas (1 a 7); ➤ Divulgação na imprensa.
CINAEM (1991)	Cursos de Medicina	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnósticos; ➤ Conhecimentos do Aluno; ➤ Avaliação por pares; estudo ecológico, transversal, de coorte e pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exame com amostra estudantes e instituição; ➤ Indicadores quantitativos e qualitativos; ➤ Roteiros e fluxogramas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relatórios; ➤ Recomendação às escolas médicas; ➤ Seminários, oficinas e planejamento estratégico das escolas médicas; ➤ Autodefinição de metas; e ➤ Divulgação na imprensa.
PAIUB (1993)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cursos de Graduação; ➤ Instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e infra-estrutura). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação Interna com Diagnóstico e Auto Avaliação; ➤ Avaliação Externa; e ➤ Reavaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Questionários; ➤ Indicadores quantitativos e qualitativos; ➤ Fichas – roteiro e outras, a critério da IES. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relatório da Avaliação Interna (pela comunidade); ➤ Relatório da Avaliação; Externa (acadêmicos, empregadores e profissionais); ➤ Estudos específicos (evasão, nível sócio-econômico dos alunos e outros); ➤ Seminários e discussão na comunidade acadêmica; ➤ Autodefinição de metas e divulgação na Internet e na imprensa, a critério da IES.
ENC (1995)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimento profissional dos alunos; e ➤ Cursos de graduação (condição de oferta). 	Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prova escrita nacional por profissão; e ➤ Indicadores quantitativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conceitos e Classificação das Instituições pelo desempenho dos alunos e pelos indicadores: Conceito A (12%); B (18%); C (40%); D (18%); e E (12%); ➤ Divulgação na Imprensa.
Comissão de Especialistas para Verificação (1997)	Cursos de graduação (condição de oferta)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstico; ➤ Visitas de verificação <i>in loco</i>. 	Questionários e roteiros padronizados	Relatórios consolidados SESU/MEC com recomendações às IES

A Comissão de Especialistas da SESu/MEC, que tem entre suas atribuições discutir a verticalidade e a manutenção dos mínimos curriculares por carreira profissional, está presentemente envolvida com o processo de avaliação do ENC. Através de comissões de Verificação sugeridas pelos especialistas, são realizadas visitas de verificação, *in loco*, naqueles cursos que obtiveram conceitos D e E no Provão. Os verificadores, sempre acadêmicos da área do conhecimento, são designados e treinados pelo MEC/SESu para procederem à avaliação das condições de oferta

dos cursos. A avaliação/verificação se realiza com a ajuda de instrumento especial de coleta de informações, que mede três dimensões dos cursos: qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações. O roteiro de visita e as informações coletadas, consolidam um Relatório de Verificação com sugestões.

O sucinto quadro descritivo dos formatos avaliativos acima exposto, mostra a existência hoje, no Brasil, de diferenças entre propostas, procedimentos de avaliação processos, e resultados. As funções

da avaliação, contudo, nem sempre são claras, uma vez que os seus resultados visíveis não possuem uma uniformidade. Para Angulo Rasco (1995)¹, a avaliação desempenha papéis e funções ocultos ou implícitos, intemediários e explícitos ou retóricos. Entre esses últimos, figura o reconhecido papel de fornecer informações ao sistema. A homogeneidade cultural do mesmo e a valorização das aprendizagens e conhecimentos dos alunos são funções intermediárias dos processos avaliativos. Entre as funções implícitas, estão a seleção de indivíduos, o controle administrativo e a gestão produtivista-economicista do sistema.

Considerando os papéis desempenhados pela avaliação, observa-se no Brasil uma nítida diferença entre as propostas PAIUB e CINAEM, e as propostas CAPES, ENC e Especialistas. Nas duas primeiras há uma preocupação com a totalidade, com o processo e com a missão das instituições na sociedade. Nas avaliações CAPES, ENC e sua continuidade via verificação dos Especialistas, aparece uma preocupação com resultados, com controle do desempenho frente a um padrão estabelecido, sugerindo um *assessment*² cuja finalidade se objetivaria na produtividade, voltada ao cliente.

Em princípio, metodologias e finalidades da avaliação devem estar estreitamente ligadas. Com isto, concordam Reichardt e Cook³ (1996, p.37), quando perguntam: “*É necessariamente um positivista lógico, o avaliador que usa métodos quantitativos? Ou é um fenomenologista aquele que usa métodos qualitativos?*” Esta seria uma falsa questão semântica, pois, tanto com metodologias quantitativas, quanto qualitativas constroem-se processos de avaliação que respondem a diferentes finalidades, como se observou no Quadro I.

O tempo de duração dos processos avaliativos também contribui para produzir diferenças. Um processo que tem como objetivos envolver os diferentes atores na avaliação, com vistas à reflexão para a construção de uma instituição que estabeleça com clareza sua missão, não pode ser rápido. Precisa de tempo para maturar. Assim, as opções metodológicas, e o tempo necessário ao processo, são balizados pela compreensão das finalidades da avaliação.

Por outro lado, as finalidades da avaliação podem ser diferentes para instituições não iguais, que perseguem objetivos distintos. Há que distinguir, por exemplo, avaliação institucional da Universidade, da avaliação institucional de uma IES. Entende-se que a denominação Universidade - refere-se a “*instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domí-*

nio e cultivo do saber humano” (Art. 52, Lei 9394/96 de 20/12/96), com atribuições específicas de Ensino, Pesquisa e Extensão. As IES podem se caracterizar pela função Ensino, não necessariamente pluridisciplinar. Em termos quantitativos esta diferença é grande. O sistema de ensino superior brasileiro está constituído por 922 Instituições de Ensino, dentre estas, 127 são universidades das quais, apenas 40 são públicas federais, perfazendo 4,33% do total. No total, mais de 85% do ensino superior brasileiro vem sendo ministrado em instituições não universitárias. Entretanto, as grandes universidades do país são públicas, concentrando as funções de pesquisa e extensão e de produção científica.

Assim, falar em formatos, metodologias e procedimentos avaliativos, implica também, entender o tamanho, a natureza e a função de cada instituição. Por exemplo, o Provão poderia avaliar anualmente quase 5000 cursos, a CAPES pode avaliar anualmente 1800 cursos de Pós-Graduação. Porém, a CINAEM pode levar 5 anos para conseguir avaliar 60 a 70% dos Cursos de Medicina e o PAIUB, cerca de 3 anos para avaliar 70% dos cursos de graduação de uma mesma universidade. Porém, ao envolver a maior parte das Universidades públicas, privadas, confessionais e comunitárias, ao final de um período avaliativo, pode, igualmente, ter avaliado todo o sistema de educação superior universitário, na mesma proporção. Os formatos avaliativos diferentes podem ser entendidos sob a ótica de um sistema de ensino superior não homogêneo. Controlar a qualidade do sistema constitui atribuição do Ministério de Educação, manter as instituições sob sua jurisdição direta em condições de ofertar esta melhor qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão também constitui uma atribuição relevante deste órgão.

Ainda assim, como explicar o surgimento de tantos e tão variados formatos avaliativos no curto espaço de 6 anos?

Uma das possíveis explicações foi oferecida por Cowen (1996)⁴. Ele afirma que a avaliação da educação superior tornou-se uma frondosa indústria nos últimos anos, em todo o mundo. Os governos estão alerta para a supervisão dos sistemas, “inventando” maneiras de aferir os resultados e a “qualidade” dos

1 ANGULO RASCO, José Felix. *La Evaluación del Sistema Educativo: algunas respuestas al porque y al como*, In: *Volver a Pensar la Educación*. Vol II, Madrid : Morata, 1995

2 Apreciação do rendimento dos indivíduos ou grupos.

3 REICHARDT, T. e COOK, C. *Metodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. Madrid : Morata, 1996

mesmos. Também ele se faz a mesma pergunta: Por que esta preocupação dos governos? Esta ansiedade em avaliar?

A crescente intervenção do Estado na avaliação formal da educação superior, é vista por Cowen, como um ajustamento do sistema às modificações da economia, como controle do crescente custo dos serviços públicos e da tendência à expansão rápida do sistema educativo frente às demandas populares bem como a necessidade de buscar visibilidade para sistemas tradicionalmente fechados e impenetráveis. Em geral, e, no fundo, reside a pretensão de um controle de qualidade. Em sua análise, no entanto, estes são os argumentos “simplistas”. Em verdade, diz ele, a nova direção do Estado Avaliativo, é a orientação para o mercado. Um sistema educativo orientado para o mercado tem a dupla orientação: mercado externo e mercado interno. A orientação para o mercado externo significa “dependência e responsividade” para com usuários não tradicionais, como empresas e negócios em geral, fundações de pesquisa, o próprio Estado em suas necessidades de investigação e os usuários civis, pessoas comuns, com necessidades individuais de serviços de pesquisa. A intenção de aproximação a este mercado externo, supre recursos que deverão ser diminuídos da conta estatal específica. As instituições educativas devem aprender a ganhar o seu dinheiro. O mercado interno neste contexto, significa que o Estado deve inventar novas regras mediante as quais as instituições possam competir entre si. Os resultados dessa competição devem ser tornados públicos. Medidas de desempenho, de resultados e de produtividade e, um sistema de recompensas para os melhores com punições para os menos bons, também constituem atribuições do mercado interno induzido. Cowen estende mais a sua análise ao justificar a necessária criação de uma macro e uma micro-ideologia de mercado. Uma das forças presentes residiria na idéia da “nação em risco”, que estaria perdendo espaço na competição globalizada. Conquanto difíceis de serem introduzidas estas ideologias são encontradas em vários países do mundo. Dentre elas, encontram-se as idéias de diversidade multicultural, direitos dos pais, direitos de acesso e escolha democrática e outros.

Conquanto mostre estas tendências, Cowen aponta, também, para o problema da cultura, das Universidades especialmente. Como um obstáculo a estas

ideologias e tendências, as Universidades colocam-se na arena para defender suas tradições. Elas são pobremente orientadas para o mercado, aquele das empresas, mas grandemente orientadas para o mercado do conhecimento e da pesquisa internacional, uma “economia muito especializada”. Isto cria um desentendimento sério entre Estado e a instituição universitária. *“Infelizmente para o Estado, diz, ele, há um reconhecimento crescente de que a pesquisa e o desenvolvimento industrial são parte central da preparação para a competição dentro da nova ordem econômica.”*⁵

No caso dos processos avaliativos ora em vigência no país, cabe destacar este raciocínio para mostrar porque a avaliação CAPES, não sofre restrições da comunidade acadêmica. A cultura e a tradição universitária, diferente da cultura do ensino das instituições não universitárias, está internacionalmente orientada, valoriza o poder da razão, a lógica das ciências e a ideologia da pesquisa e da preparação dos pesquisadores. Este pensamento embasa o ensino e todo o processo educativo das instituições universitárias, que se propõem a ser orientadas pela visão autônoma da comunidade acadêmica, e não pela pressão externa de quem não possui os mesmos referenciais.

De qualquer forma, o entendimento do interesse pela questão da avaliação não diminui, antes, pelo contrário, mostra que a questão das metodologias e dos formatos avaliativos requer análise adequada. Assim, frente à natureza e à função das instituições e face às ideologias contemporaneamente assumidas pelos estados avaliativos, vemos que a questão quantitativo versus qualitativo perde importância. São as finalidades da avaliação, a compreensão de suas possibilidades na construção da utopia da universidade possível, que deverão balizar as opções metodológicas.

Ao apresentar aos leitores essa breve discussão sobre as diferentes “caras” da avaliação, objetiva-se destacar, como o fez Boaventura Santos (1994, p.194)⁶, que as universidades devem pesquisar em profundidade seus processos avaliativos. Pois, ao produzir a ciência para os tempos pós-modernos, devem transformar-se, transformando e transgredindo limites paradigmáticos, realizando rupturas epistemológicas tanto na concepção quanto na colocação em prática de sua avaliação. Ou seja, a vigilância epistemológica necessária, envolve a reflexão sobre as possibilidades de regulação ou de emancipação embutidas nas lógicas da avaliação. Enquanto a regulação visa manter o sistema, conservá-lo, na perspectiva hegemônica, seguindo a orientação economicista e de mercado, como Cowen e Angulo Rasco mostram, a emancipação e a autonomia, correm juntas na busca dos novos horizontes de possibilidades. Em oposição

4 COWEN, R. *The Evaluation of Higher Education Systems*. WYE, 1996. London : Koogan Page, 1996.

5 Op.cit., p.181

ao caráter regulador, a avaliação que guarda a lógica emancipatória, está associada ao pressuposto ético da qualidade de vida humana, individual e social das coletividades.

Tanto a lógica reguladora quanto a lógica emancipatória podem conviver com metodologias qualitativas e quantitativas. O referencial das necessidades humanas balizará a diferença entre elas.

A avaliação pode então ser um organizador qualificado; a avaliação pode ser uma inovação instituinte, no sentido proposto por Correia (1989; p. 51)⁷ onde se dá uma

“(...)ruptura seguida de produção. Havendo ruptura e produção há necessariamente conflito com a catapulta de conseqüências que ele arrasta: gestão do conflito, tomada de consciência das relações de força, reflexão sobre as práticas etc.; quer dizer: (transformação, conflito aberto aqui e agora e conflito oculto (mas existente e presente) acolá. A inovação instituinte desenvolve-se num jogo entrecruzado de relações de força institucional que ao mesmo tempo que atravessam a instituição, são atravessadas por ela. Ela obriga deste modo a instituição a falar, permite ouvir a sua voz.”

Assim, a escolha das metodologias de avaliação e dos formatos avaliativos pressupõe a possibilidade da instituição poder falar, de seus segmentos constituintes terem voz. Haverá lógica de avaliação mais emancipatória?

Lembrando Habermas e Santos, a idéia de Universidade só poderá ser construída pela capacidade argumentativa dos docentes de diferentes saberes (acadêmicos, alunos, funcionários e comunidades), através da polifonia de vozes enraizadas no mundo da vida. A essas comunidades interpretativas caberia pensar e decidir por uma avaliação emancipatória onde o conhecimento técnico, das metodologias em especial, esteja subordinado ao conhecimento ético, das finalidades e resultados da avaliação.

Com essas idéias em mente, organizamos este número da RAIES. As sugestões trazidas pelos articulistas convidados mostram diferentes possibilidades metodológicas. O uso dessas metodologias nos processos avaliativos pressupõe o conhecimento ético.

Assim, o primeiro artigo retrata o processo de investigação realizado por Antonio Trinidad Requeña, da Universidade de Granada, para montar, de forma qualitativa, os instrumentos quantitativos que utilizou na avaliação institucional da *Facultad de Ciencias Políticas e Sociología de La Universidad de Granada*, Espanha. A riqueza do processo, decidido pelos participantes, revela que existe sim, um juízo de valor dos mesmos na direção do *know how* ético e das finalidades da avaliação como processo, acima de tudo, educativo.

Com base na experiência realizada na UFRJ, Carlos Bielchowski descreve o potencial e as possibilidades do uso dos recursos na área da informática para a agilização dos processos de avaliação institucional, envolvendo desde o aproveitamento das informações já existentes, passando pela melhor captação e uniformidade de tratamento às informações coletadas, até a divulgação dos resultados no meio acadêmico.

Já o terceiro trabalho, de autoria de Mário Riedl, professor da UFRGS e UFSM, tem por objetivo discutir os princípios metodológicos em pesquisa de indicadores de nível sócio-econômico de uma família ou grupo social. O artigo tem sua base empírica oriunda de uma investigação dessa ordem, realizada em 1994, com os alunos matriculados na UFRGS. Defende o uso de indicadores sociais para a definição de categorias, apresentando suas vantagens e eventuais limitações.

Fernando Dias Lopes e Ilton Benoni da Silva, da UNIJUÍ, apresentam em seu artigo a experiência mais recente da UNIJUÍ em avaliação institucional, em conjunto com o Consórcio de Universidades Gaúchas (COMUNG). Em um primeiro momento, os autores abordam aspectos relevantes do processo de Avaliação Institucional nesse consórcio, o PAIUNG (UCS, UNICRUZ, UNISC, URI, URCAMP, UPF e UNIJUÍ) para, em uma segunda instância, tratar especificamente do caso da UNIJUÍ. Apresentam, assim, uma metodologia avaliativa para as dimensões do ensino, pesquisa, extensão e gestão, construída e desenvolvida com a potencialização do envolvimento da comunidade acadêmica, aos moldes do Programa PAIUB.

Depois de mostrar uma experiência PAIUB, completa e bem sucedida, como é o caso da avaliação PAIUNG/UNIJUÍ, destaca-se o Programa CINAEM, cuja metodologia complexa caracteriza outra possibilidade avaliativa de plena aceitação na comunidade acadêmica. Alcindo Ferla, médico assessor do Conselho Nacional de Saúde, trata da avaliação do ensino médico, realizada pela CINAEM. Discute os ca-

6 SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto : Ed. Afrontamento, 1994

7 CORREIA, J.A. *Inovação Pedagógica e Formação de Professores*. Porto : Ed. Asa, 1989

minhos metodológicos, e a possibilidade da construção de uma inovação.

O artigo de José dias Sobrinho, da UNICAMP, faz uma retomada das análises anteriores e trata do caráter social e público do processo de avaliação institucional, organizado e promovido por agentes sociais que agem articuladamente em um processo avaliativo construído através de amplas discussões e acordos. O autor discute as modalidades de construção dos sujeitos de pesquisa, do objeto de estudo e das orientações metodológicas, e apresenta as diversas etapas da avaliação.

No último artigo dessa edição, J. Felix Angulo Rasco, professor da Universidade de Cadiz, Espanha, traz à baila a perspectiva de como a autoavaliação institucional pode ser encarada enquanto instrumento metodológico de revitalização da formação do docente. O autor inicia definindo o contexto mais geral que faz com que a avaliação tenha o caráter que tem hoje, estabelecendo paralelos entre neoliberalismo e

Educação, e de como a avaliação é concebida nesse engenho. A seguir, discute a autoavaliação como um processo de conhecimento que conjuga estratégias e permite à instituição reconhecer-se e ser vista de fora para dentro.

Dessa forma, a Revista Avaliação contribui com este número especial para mostrar alternativas metodológicas – desde a construção de instrumentos de medida ao uso do aparato informático. Nas análises da experiência PAIUNG, vivida pela UNIJUÍ, da proposta CINAEM, como referencial inovador até a possibilidade de revitalização da formação docente através da avaliação, tem-se, neste número, a confirmação da avaliação como um bem público, cujo modo social de produção, como destaca Dias Sobrinho, constrói sentidos e valores, num processo intencional de transformação.

Denise Leite

Organizadora desta edição -Julho de 1998